

LITERATURA E REVOLUÇÃO

— Entrevista com Alfredo Bosi

Pedro Port *

•••

Em julho de 1979 o Professor Alfredo Bosi, da USP, esteve em Florianópolis ministrando um curso sobre Literatura e Sociedade para os alunos de Pós-Graduação em Literatura Brasileira, da UFSC. Na ocasião, concedeu a presente entrevista a um grupo de pessoas ligado à ACEP — Associação de Cultura, Estudos e Pesquisas — que pretendia publicá-la no jornal “Contestado”. Por vários motivos o jornal saiu de circulação e a entrevista permaneceu inédita até hoje.

A sua publicação, tanto tempo depois, por TRAVESSIA, deve-se ao fato de permanecerem atuais muitas das questões ali abordadas, especialmente no que se refere ao papel da Igreja e da Literatura na transformação da Sociedade, entre outras.

•••

Pergunta: A primeira pergunta que gostaríamos de fazer é a seguinte: Que o senhor nos dissesse o que veio fazer em Florianópolis e desse as suas impressões sobre a cidade. Seria interessante saber o que uma pessoa de fora possa dizer a respeito da cidade.

Resposta: Eu vim convidado pela UFSC e especialmente pelo Departamento de Letras, para dar um curso de Pós-graduação, numa área entre Literatura Brasileira e Teoria Literária, uma área de intersecção, um curso sobre Literatura e Sociedade. E tive, realmente, um imenso prazer de ficar aqui, embora poucos dias, quatro ao todo, num contato bastante intenso com um grupo de alunos bastante interessados, de modo que, do ponto de vista cultural e do ponto de vista das relações humanas foi uma felicidade ter vindo aqui. Sinceramente, foi muito positiva esta vinda. Quanto à cidade, eu estou observando aqui da Lagoa, ela tem uma certa doçura no ar. O inverno daqui é especialmente brando e acolhe muito a pessoa que vem de fora. Realmente uma impressão deliciosa da cidade. Estas as palavras que posso dizer em relação à paisagem, ao ambiente, se bem que, o que dá um tom a este ambiente é a humanidade das pessoas. Pessoas que, eu estou percebendo, vêm de lugares muito diferentes, não necessariamente nativas da cidade e isto é prova do caráter acolhedor de Florianópolis, porque ela foi capaz de criar este ambiente humano tão simpático com pessoas de origens tão diversas.

**AGORA, SE VOCÊ QUISER REALMENTE SABER O QUE
EU PENSO DA HISTÓRIA DA IGREJA, ACHO QUE A IGREJA COMO
INSTITUIÇÃO VAI SE REALIZAR DESAPARECENDO DIALETICAMENTE.**

P.: Professor: o senhor é cristão, católico. Como vê esta inserção do cristianismo nas frentes progressistas da sociedade brasileira?

R.: Seria um pouco difícil, agora, a gente historiar ou situar a evolução da Igreja nos últimos anos, porque ela, internamente, foi muito acidentada. Em primeiro lugar, a gente poderia dizer que a vocação do cristianismo, sua vocação inicial, era uma vocação fraterna dentro de uma sociedade de escravidão. Dentro de uma sociedade de castas como a sociedade antiga romana, a vocação do cristianismo foi realmente destruir estas barreiras. São Paulo diz claramente que depois do cristianismo não deve haver mais gentios, nem judeus, nem gregos, mas é o momento em que se instaura a humanidade em geral, se cria o conceito de humanidade. Então, embora a Igreja, especialmente a católica, não tenha sido fiel a isto e, durante séculos, ela se tenha enfeudado em vários sistemas de divisão de homens, eu acredito que o princípio fundamental da fraternidade e da igualdade tenha continuado a evoluir através dos séculos e realmente se tenha realizado, a despeito da instituição da Igreja, muitas vezes, em outras formas. Por isso mesmo que o princípio democrático e o princípio socialista sejam herdeiros de uma grande tradição da fraternidade cristã, só que são herdeiros leigos, já sem o conteúdo confessional. Então eu acho fundamental, em primeiro lugar, isso: o cristianismo ter colaborado na história da humanidade para formar um ideal de fraternidade. Hegel dizia isso também. Ele achava que o cristianismo era o momento do filho. Há o momento do pai, em que há autoridade, e há o momento do filho que, aliás, deve morrer sacrificado; este é o momento em que se instaura a fraternidade entre os homens. Esse momento é Ele, não foi superado ainda e não foi realizado inteiramente. Então isso, falando de uma maneira geral, como cristianismo em qualquer momento da história, ele tem o germe da igualdade e da fraternidade. Mas, em relação à Igreja Católica, que eu conheço um pouco mais de perto, sofreu umas transformações muito profundas a partir do Concílio e as razões são muito variadas. Há pessoas que acham que existe um projeto meio político na Igreja, que ela muda para sobreviver. É uma forma de pensar muito simplória, porque ela podia não mudar para sobreviver, também porque há outras maneiras de sobreviver agarrando-se ao poder. Então teria sido um golpe de inteligência da Igreja, de astúcia da velha instituição, que para sobreviver procura de alguma maneira adequar-se aos novos tempos. Isso eu acho uma forma simplória de ver as coisas, porque ela não ficou com o poder nessa mudança e é problemático que fique. Realmente, parece-me que ela deu alguns exemplos, principalmente nos últimos anos, de oposição. A origem dessa oposição deve ser colocada em número cada vez mais alto de padres, bispos e religiosos do Terceiro Mundo. Acho que, no momento do Concílio Ecumênico, a Igreja teve que receber todo um clero que vinha da África, Ásia, América Latina e do Terceiro Mundo, do mundo colonizado, do mundo explorado. Então este contingente acabou modificando a mentalidade central, a mentalidade romana, que é sempre mais fechada e mais ligada à Europa. Quando eu leio as Atas do Concílio, as

discussões, esta modificação violenta que ela sofreu nos últimos quinze anos, eu atribuo esta modificação a uma pressão dos crentes do Terceiro Mundo. Isso foi o primeiro passo para a transformação. A Igreja aceita abertamente, agora, a socialização. Como é possível isto, dentro de uma Igreja hierárquica, uma Igreja retrógrada como era, e como acredito que tenha sido sempre basicamente a Igreja na Europa? Isso vem a ser uma pressão do mundo colonizado ou do mundo que está em processo de descolonização. Os quadros operários são outro tanto. Então eu acho que esta semente vai germinar e que, à medida que o projeto dos cristãos for realizar a igualdade, realizar a socialização, realizar a democracia, mas não dirigir o processo e não querer o poder para si, mesmo esse poder do novo Estado, então a evolução será positiva e aberta. No momento que a gente sentir que a Igreja ou as instituições religiosas querem dirigir o processo ou querem assumir este processo como seu, então a gente pode começar a desconfiar da pureza realmente disso. Se o movimento for de servir, de criar comunidade de base, de ampliar as fronteiras da democracia, neste caso, eu acho muito respeitável este movimento, tanto pelas pessoas que estão dentro, quanto as que estão fora. Agora, se você quiser realmente saber o que eu penso da história da Igreja, acho que a Igreja como instituição vai se realizar desaparecendo dialeticamente. O que há de positivo na religião católica, vai se incorporar totalmente ao pensamento universal, de tal sorte que, não será mais necessária instituição, como acontece com o Protestantismo. Segundo alguns, o Protestantismo teve uma função histórica fundamental, do livre exame. Criando a uma certa altura de história da humanidade o livro exame, o protestantismo realmente instituiu uma relação direta do homem com a Bíblia, do homem com o texto considerado sagrado e destruiu a hierarquia eclesiástica. No caso, a hierarquia eclesiástica católica foi destruída pelo protestantismo. Na medida em que o protestantismo realizou isto, ele tem a sua missão histórica que é missão história da liberdade de pensamento e que realmente ele realizou. Quando o protestantismo se enrijeceu, transformou-se novamente, como acontece freqüentemente nas confissões protestantes, em pequenos grupos rígidos, aí então, ele perverteu esta missão. Acredito que na Igreja seja a mesma coisa. Ela tem uma função e esta é realmente a de manter vivos alguns princípios cristãos. Se ela fizer isto, ela pode desaparecer como instituição.

FAZ PARTE DO MUNDO MODERNO RESPEITAR
A CONSCIÊNCIA DE QUEM QUER QUE SEJA,
TANTO DO ATEU QUANTO DO CRENTE.

P.: Esta tendência da Igreja desaparecer como instituição não levaria consigo a morte da religiosidade? Desta pergunta decorre outra: em artigo publicado na revista *Encontros com a Civilização Brasileira* (1), um eminente teórico marxista aborda o caráter fecundo do diálogo entre Igreja e marxismo, frisando, pelo lado dos marxistas, que estes devem marcar com sinceridade e sem "paternalismos" a sua posição no terreno dos princípios, que tanto pode ser convergente como divergente, ainda que tal divergência não se faça sentir de modo antagônico. Como o senhor vê esta situação?

(1) Leandro Konder. "Marxismo e Cristianismo"; In *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 6 — dezembro de 1978, pp. 57-65.

R.: Eu vejo mais em termos de forma e de justiça, que o marxismo tem e já transformou isso numa ciência, chamada “socialismo científico”. A Igreja tem outras tradições, naturalmente que vem desde o evangelho, isto é, a idéia de que realmente a humanidade padece constantemente de opressão e injustiça. Basta ler os profetas, há toda uma tradição profética e uma tradição messiânica medieval que procura efetivamente realizar justiça no mundo. Então, em termos morais, em termos éticos, eu vejo uma possibilidade de aliança muito fecunda e muito necessária, porque a meta final realmente é uma sociedade sem opressão. Agora, do ponto de vista da religiosidade, nós entramos num campo de extrema subjetividade. Efetivamente, a fé, a religiosidade não podem ser objetos de frente política, não podem ser objetos de aliança ou de acordo. No mundo moderno, felizmente, a fé e a religiosidade estão no âmbito da vida privada, estão no âmbito da consciência. Elas não são mais cobradas e o protestantismo, neste caso, foi um passo adiante e o pensamento liberal também. Não se cobra mais às pessoas o que elas sentem em relação ao transcendente ou se elas acreditam ou não. Então, este mundo privado, naturalmente, é um guia das ações, tem que ser respeitado. Faz parte do mundo moderno respeitar a consciência de quem quer que seja, tanto do ateu quanto do crente. Agora, quando a religiosidade, a religião se torna pública, isto é, quando a religião ou, de outro lado, o marxismo se transformam em grupos de ação e frentes de trabalho, aí então, necessariamente o que há de comum aparece, que é esse desejo de justiça, etc. Então eu acho que uma democracia social, uma democracia socialista vai ter que ser pluralista mesmo, neste sentido de aceitar todas as posições. Certamente a posição mais verdadeira, hegelianamente, vai ser a posição humana universal. Eu não sei de que lado está, mas ela vai aparecer porque a gente antes de mais nada, acredita na verdade.

P.: Voltemos ao problema do diálogo da Igreja com o marxismo. Ele foi se desenvolvendo nas décadas de 50 e 60, mas era ainda uma discussão a nível do discurso, da polêmica, a nível do texto. Na década de 70, especialmente com o Terceiro Mundo, Medellín, este diálogo está havendo na prática. O senhor poderia desenvolver um pouco esta mudança de ênfase e de intervenção do discurso na prática, bem como o significado desta nova aproximação, em bases mais concretas, entre Igreja e marxismo.

R.: Eu acredito que esta aproximação maior se deva à consciência que os dois lados têm de que há inimigos comuns. Então não se trata aqui simplesmente de discutir se o marxismo é compatível ou não com a fé. Inclusive estes problemas, hoje, estão meio antiquados, não é verdade? Tanto do lado do marxismo quanto do lado da Igreja já ninguém mais se preocupa em provar a existência de Deus ou provar a não existência de Deus. Estes problemas são meio antiquados, eu sinto isto. A Igreja já não é mais apologética. Faz muito bem, não deve defender dogmas. O próprio marxismo faria bem, se deixasse também de ser apologético, no sentido de defender certas idéias. Essa rigidez teórica que só afasta e divide, parece que cedeu, pelo menos em alguns setores, a urgência da tarefa. No caso, a tarefa de socialização e democracia. Então, diante desta tarefa, na América Latina, mais que qualquer outro lugar, parece-me que esse diálogo se dá. Eu não tenho muita esperança no que está acontecendo na Europa. Eu acho que o capitalismo europeu e a burguesia são muito sólidos nesse sentido de não abrir mão, às vezes, de certos privilégios. Eu tenho muito mais esperanças no Terceiro Mundo ou, falando concretamente, na América Latina, onde este diálogo está se dando mesmo, mas

está se dando sempre em face da ditadura, em face das multinacionais, em face da opressão local, em face até de um projeto de desenvolvimento, se a gente pode usar ainda esta expressão tão coçada, em face, enfim, de um projeto de libertação, esse diálogo se dá. A grande prova no Brasil é a formação de Paulo Freire. O caldo de cultura dele foi o catolicismo progressista, ele é um homem ligado a isto, ele não tem outras ambições teóricas, senão um reformismo progressista. No entanto, desse caldo de cultura saiu um método revolucionário. Então, por aí, parece-me que se quisesse responder a pergunta bem localizadamente, hoje em dia é no campo da luta, por exemplo, em Osasco, nas oposições sindicais, que conheço mais de perto, é neste campo que os marxistas e os cristãos estão se unindo. Isto é, há uma luta comum, então vamos ver o que nos aproxima e calar o que nos separa. Vai haver muito tempo pra gente discutir o que nos separa.

SE NÓS QUEREMOS REALMENTE INSTITUIR UMA NOVA SOCIEDADE DE RESPEITO ENTRE OS HOMENS, É PRECISO QUE NÓS A INSTITUAMOS JÁ, NAS NOSSAS RELAÇÕES.

P.: Uma coisa intrigante dentro da Igreja é o fato de muitos militantes, que assumem explicitamente a negação do capitalismo, não assumirem o socialismo tal como projeto histórico possível, mas falam de socialização como o senhor falou ainda agora. Parece que procuram uma terceira via, difícil de apurar se historicamente ela se coloca no plano do concreto ou se apenas reflete uma ambigüidade. Como é que o senhor veria isto?

R.: Não sei no caso qual o tipo de diálogo que você mantém ou quais são os grupos precisos. Eu particularmente falei de socialismo mesmo, sem nenhum medo da palavra. Socialização é um processo longo, mas efetivamente o alvo é uma sociedade socialista, uma sociedade sem classes. Eu acho que aqui, como o catolicismo nunca desenvolveu uma teoria social, não seria o caso de ele agora desenvolver uma teoria, mas um desvio. Nessa colocação a meta final é o socialismo. Agora, eu vejo como os grupos de São Paulo, muito temerosos da idéia de uma disciplina partidária. Eu sinto que estes grupos de comunidades de base estão muito preocupados em resguardar o aspecto democrático, espontâneo, às vezes, do movimento. Então teria um certo receio de se comprometer com teorias muito fechadas. Mas em relação ao socialismo como projeto, eu não vejo que haja nenhum obstáculo teórico para que a Igreja seja um instrumento.

P.: Dentro deste quadro de divergências doutrinárias há uma certa rigidez, uma constante preocupação com as posições, muitas vezes correndo-se o risco de, embora almejando o estado revolucionário, criar o estado policial. No fundo, o importante não é cobrar exatamente a posição, mas saber quem é o inimigo comum. Muito importante é o respeito pluralista tanto em relação ao marxismo como ao catolicismo, culminando numa coexistência pacífica baseada na práxis social. A pergunta é a seguinte: o que o senhor diria deste tipo de coexistência?

R.: Se nós queremos realmente instituir uma nova sociedade de respeito entre os homens, é preciso que nós a instituíamos já, nas nossas relações. Naquilo que for possível, é preciso que seja já; é impossível que depois, mecanicamente, por uma transformação

política, as coisas aconteçam de tal modo que os homens passem a se respeitar, a não ser coercitivamente. Então, tudo aquilo que a gente pode fazer já, em termos de relações humanas, nós devemos usar toda a imaginação possível para fazer, porque se usarmos em certo tipo de meio para chegar a um fim oposto, nós chegaremos ao fim, àquele fim que o nosso meio preparou. Então, se for realmente um sistema de cobrança, vai ser uma sociedade policial, aquela que nós instalarmos se chegarmos ao bendito poder.

P.: Em outras palavras: a revolução deixa de ser um evento excepcional para se transformar na práxis da própria vida cotidiana.

R.: Exatamente, ela tem que ser um projeto constante no sentido de um estilo de vida, um estilo de pensamento. Efetivamente, ela também vai ser um momento em que talvez a força tenha que ser empregada, nós não sabemos. Mas este momento não pode ser considerado uma espécie de milagre na história, que vá modificar os homens. No texto de Simone Weil, sobre causas da opressão e da liberdade (2), ela realmente insiste muito nisso: se o operário continuar a produzir as coisas de uma maneira cega, produção pela produção, não importa que eles tomem o poder ou que uma comissão operária tome o poder. Na verdade vai continuar a essência da opressão que é a divisão do trabalho manual, do trabalho mental, a divisão das pessoas que comandam e as pessoas que obedecem, a divisão das pessoas que pensam e das pessoas que não têm tempo para pensar. Então, efetivamente, ela pedia isso e discutiu muito com Trotsky a respeito disso, a uma altura da vida. Tanto que grande parte da Internacional de Trotsky nasceu de discussões dele com Simone Weil. Ela discutia muito a respeito: “Não se trata de diminuir a jornada de trabalho, trata-se de extinguir a condição operária, não de generalizá-la para que o mundo inteiro seja proletário, mas é preciso extinguir esta condição criada pelo capitalismo”. Então há realmente problemas fundamentais de relacionamento humano e de trabalho que nós temos que procurar resolvê-los já, porque não é uma tomada ao poder de um grupo político de esquerda que vai transformar automaticamente isso, como não transformou na Rússia e na China, apesar de certas aparências e apesar de certos projetos que foram realizados, mas que parecem que não foram tão interiorizados assim pela massa, pelo que aconteceu depois.

O ALUNO DE LITERATURA DEVE ACREDITAR REALMENTE
NA FORÇA DIALÉTICA DO TEXTO, DEVE ACREDITAR QUE ELE
SE HUMANIZA LENDO, QUE ELE REALMENTE ESTÁ SE
TRANSFORMANDO NÃO SÓ NUM PROFESSOR DE LETRAS MAS
NUM CIDADÃO, NUM HOMEM INTEGRAL.

(2) Simone Weil. “Reflexões Sobre as Causas da Liberdade e da Opressão Social”; In *A Condição operária e outros estudos sobre a opressão*; tradução de Therezinha G.G. Langlada; seleção e apresentação de Ecléa Bosi. — Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, pp. 235-307.

P.: Professor, vamos falar de literatura. O senhor é professor de literatura. De que modo o ensino de literatura pode influir na formação global do estudante e que obstáculos encontra no cumprimento dessa finalidade, ou o ensino da literatura não visa simplesmente à formação mas a transformação do social? Nesse caso, de que forma o ensino da literatura se insere no quadro geral de transformação?

R.: Eu acho que esta pergunta é bem atual na medida em que o ensino da literatura hoje é bem mais ambicioso do que há alguns anos atrás, quando se ensinava literatura num período mais acadêmico. Depois, no período estruturalista, formalista, a preocupação realmente era fazer compreender, talvez, as estruturas do texto, movimentos insignificantes do texto ou situar o autor no seu contexto, mas de uma maneira que se esgotava quase nestas tarefas. Eu acho que hoje, penso especialmente no Brasil, nos últimos cinco ou seis anos o professor de literatura, principalmente o professor de literatura na Universidade, percebe que tem uma função pública. Ele percebe que o que está fazendo deve transcender, ultrapassar os muros da Universidade e os alunos também percebem e cobram dele. Então, formou-se um clima, em que o ensino da literatura tem muito a ver com a crítica ideológica, tem muito a ver com os valores de um autor e tem muito a ver com a relação do autor com o público, com a indústria cultural. Hoje se debate muito nas salas de aula a produção literária, em que condições o escritor faz seus poemas, seus contos, como ele pode passá-los para o público sem se atrelar a uma dinâmica capitalista. O próprio temário, hoje, de uma aula de literatura ultrapassa a mera formação acadêmica. E por outro lado, não só o temário, a metodologia mesmo, se ela se inspira num método dialético ou se qualquer forma, uma sociologia da literatura, ela acaba tocando realidades que transcendem o texto, ela acaba realmente tocando o contexto. Agora, como fazer isso de uma maneira séria, de uma maneira coerente, de uma maneira que a gente possa dizer ainda científica, de uma maneira universitária e não de uma maneira demagógica? Não há outra forma senão estudar, aprofundar realmente as grandes correntes do pensamento dialético, da filosofia dialética, e ler os textos literários com muita paixão para ver em que medida eles transmitem esta visão dialética. Então, através do estudo, realmente, o aluno não deve substituir o estudo por uma certa agitação ou por uma participação político-partidária na Universidade, que o desgaste de tal maneira que ele depois não tenha tempo para voltar ao texto, para voltar à literatura. O aluno de literatura deve acreditar realmente na força dialética do texto, deve acreditar que ele se humaniza lendo, que ele realmente está se transformando não só num professor de letras mas num cidadão, num homem integral. E o professor também tem que acreditar nisso, deve haver uma faixa comum entre professor e aluno de crença no poder transformador da literatura. Quando isso ocorre os frutos são maravilhosos.

P.: Sabemos que o senhor escreveu a “História Concisa da Literatura Brasileira” remando contra a maré, quer dizer, não só num período de repressão ao humanismo, como no tempo da hegemonia do estruturalismo. Que tipo de fé, alento ou formação sustentou seu propósito de levar a cabo esta empreitada?

R.: Eu acho que todas as pessoas adultas, todas as pessoas maduras têm um certo momento, que eu chamaria de “quente” da sua vida, que as transformaria de adolescentes em adultos. Cada um com a sua idade, cada um com sua experiência, quando

rememorar o seu passado vai encontrar um momento em que teve que se definir publicamente, teve que fazer aquilo que Munier dizia “o afrontamento”. Há uma certa hora em que a gente tem que sair de alguma maneira ou de outra de sua casca e afrontar. Afrontar às vezes a família, a Igreja, às vezes um grupo de amigos, às vezes o lugar em que se trabalha, quer dizer, há um momento em que se afronta, politicamente, a situação toda. Então, esta pergunta, no fundo, é biográfica. O que se deseja saber é como é que, dentro de um ambiente estruturalista ou repressivo por volta de 69, 68, eu escrevi um livro que está sendo considerado pela pergunta como um livro contra a maré e eu sentia que, de fato, ele era contra a maré. O que posso dizer é que, na minha biografia, por volta de 1960, no meu momento quente, vamos dizer, que seria este momento de transformação da pessoa, se deu entre 1960 e 1964, quer dizer, quatro anos antes do apocalipse, quatro anos antes acho que eu já pressentia, eu era evidentemente uma pessoa adulta nesse período. Nasci em 1936, então vocês podem fazer o cálculo. Por volta de 1960, 61, estava terminando a Universidade, tinha terminado, aliás, eu terminei em 59, fiz uma viagem de estudos à Itália e voltei em 61. A partir daí, foi um período de uma grande fé em reformas estruturais, como se dizia na época, o vocabulário era esse, vou usar para não trair a conotação do tempo. Eram reformas, dizia-se isso, reformas estruturais; reforma agrária em primeiro lugar, a reforma urbana, nacionalização, uma democratização. Aliás, a democratização não era o tema porque se estava num sistema de eleição em que o problema fundamental não parecia ser tanto a democracia jurídica, mas, efetivamente, a socialização. É este o período que se pode balizar desde o fim do governo Jânio Quadros até a queda de João Goulart, é esse o período que eu acho em que me senti e me transformei simplesmente de um estudante de letras, um jovem professor que se interessava muito por literatura, por filosofia, em uma pessoa que sentiu responsabilidade política. Então colaborei em jornais da época. Um deles é o jornal “Brasil Urgente” que significou a passagem do cristianismo de esquerda para o marxismo em várias pessoas. Foi a época em que se fundou a “Ação Popular”, enfim, em que realmente se estruturou dentro da Universidade ou mesmo fora dela um pensamento de esquerda, que me atingiu. Naturalmente, cada pessoa pensando no seu passado dirá: não, para mim o momento que me atingiu foi esse; no meu foi este. Eu tinha aproximadamente 26, 27 anos, quando comecei realmente a afrontar. Então, quando veio o golpe de 64 e a Universidade foi atingida e a metodologia tomou conta, eu tinha uma imensa frustração, um imenso desejo de fazer coisas que não pude fazer. Realmente, todos aqueles projetos cortados pela raiz, todos dos muitos dos meus companheiros foram exilados, alguns entraram para uma clandestinidade muito mais violenta, mas eu de qualquer maneira estava com o coração do lado deles, de toda aquela cultura que foi cortada. Então, a “História Concisa”, apesar de suas limitações, apesar de ser um livro basicamente didático, foi um livro escrito sob esta inspiração de encontrar nos escritores esses germes de revolta, esses germes que podemos dizer de uma suposição dialética. E eu acho que desta época até hoje, apesar de todo o aprofundamento cultural, o aumento quantitativo de informações, o que me sustenta é essa atitude de espírito gerada neste período que eu batizo, às vezes, como período de “Brasil Urgente”, pois eu colaborei nele e realmente é a minha atitude básica. Eu acho que depois, a tarefa maior foi a de democratização, de restauração do poder civil que ainda temos. Mas tudo isso ainda eu vejo como insuficiente, é alguma coisa que nós estamos querendo restaurar, o poder civil e

a democracia formal, mas nós tínhamos isso e queríamos muito mais. Nós queríamos reformas de base como se dizia então e por isso é que eu gostaria sempre que a oposição, hoje, ela se nutrisse sempre destes princípios fundamentais de reformas estruturais, que ela não ficasse apenas na luta que a geração mais jovem, eu compreendo que empreenda, a luta contra a censura, contra a opressão política. Eu sei que estas são lutas fundamentais, mas elas são meios para chegar a uma luta mais profunda. Então a “História Concisa” e tudo o que eu fiz depois ficou assim, emocionalmente marcada por essas esperanças malogradas, não de todo, espero.

P.: Depois de um longo período de silêncio começa a espoucar uma produção literária no Brasil, que tenta recuperar a função pública da literatura. No entanto, esta tentativa não deixa de ser problemática. Vista no conjunto, constata-se que ela fica aquém da realidade, deixando-se impregnar por uma espécie de naturalismo que nem sempre condiz com isto que chamamos de sua função pública. O senhor poderia falar-nos da relação existente entre essa tendência naturalista e esses anos de obscurantismo por que vem atravessando a sociedade brasileira?

R.: A pergunta pressupõe, na verdade, uma relação muito estreita, talvez até excessivamente estreita, entre o movimento político e a criação literária. Haveria muito o que dizer a respeito disso. Eu acho que as condições objetivas de publicação, de edição, de fato, favorecem ou prejudicam a eclosão do movimento literário. Efetivamente, quando há censura, quando há formas de coação, os escritores editam menos, publicam menos ou não publicam absolutamente. Mas eu faria uma certa distinção entre a edição e a criação. Eu acho mesmo que nos períodos negros de censura ou de opressão, a criação continua muito viva. Nós vimos um período franquista, por exemplo, em que eclodiu quase toda a grande geração de poetas espanhóis, entre os quais Lorca e outros, de modo que não há uma relação de causa e efeito direto. Mesmo num período de opressão continua se criando obras primas, mas a difusão e as condições objetivas da cultura padecem muito. No caso brasileiro padeceram também, talvez mais no teatro, enfim nas formas públicas de arte, do que na criação individualizada e solitária como a poesia, como o conto. Então, colocadas na premissa geral, em termos da literatura dos últimos anos, a gente poderia dizer que, de fato, o que se pode chamar de função pública, função crítica, função até política da literatura, tem se desenvolvido de maneira intensa, por exemplo, a poesia de Ferreira Gullar. Eu acredito, seja um dos exemplos desta resistência. Ela aparece primeiro como poesia de exílio, é o caso do “Poema Sujo”, contemporaneamente como poesia de protesto, como poesia lírica de resistência em todo este período. Então, ela é um bom exemplo. Quanto ao conto, de fato, houve um florescimento extraordinário e embora o conto, mesmo este mais violento, não seja sempre exatamente uma resposta à situação política e isto por uma repercussão dos valores burgueses da existência; este conto muito violento que a gente encontra hoje me parece que acompanha um pouco a crônica Norte Americana, o jornalismo Norte Americano. Ele é índice, talvez, mais de uma modernização de estilo de vida das grandes cidades do que necessariamente de uma resistência política, daí o seu caráter naturalista, para usar a distinção de Lukács, tão fecunda. O conto contemporâneo nem sempre é propriamente realista, isto é, crítico e conscientemente crítico, mas muitas vezes ele é apenas um espelho de uma situação de violência. Isto é muito importante. Eu disse nas aulas que, às vezes, o Rubem Fonseca.

que é um escritor tão poderoso, parece deixar se envolver pela violência. Ele parece exprimir uma violência que está dentro dele, dentro de nós, dentro do sistema e de uma maneira tão direta, tão sem mediações e tão sem problematização, tão sem a presença de uma consciência crítica, que no fundo ele fica parecendo mais um elo fatal dessa violência generalizada. O mesmo se diga a respeito de um certo tipo de conto erótico, em que a degradação da mulher e das relações entre o homem e a mulher, aparecem no seu estado puro, sem o contraponto de uma consciência sofrida ou de uma consciência patética, mas, de qualquer maneira de uma consciência que relativize o dado corpóreo imediato. Então, com isso eu gostaria de responder esta pergunta, que talvez eu esteja respondendo de uma maneira um tanto abstrata, mas com isso eu quero dizer que o naturalismo, a exposição bruta dos materiais, chamemos assim, não tem necessariamente uma função pública de resistência. Às vezes, é um eco do sistema, é uma maneira psicológica pela qual o escritor acaba reproduzindo essa mesma violência do sistema.



* Pedro Port (presidente da ACEP e, na época, aluno de Pós-Graduação em Literatura Brasileira — UFSC), auxiliado por Emanuel Medeiros Vieira, Remy Fontana e Eunaldo Verdi, foi o principal entrevistador.